

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASIS

Ata da 10ª Reunião Ordinária - 17/03/2017 – 9-13 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AFOCAPI / COPLACANA SR Piracicaba	Ricardo Dias Pacheco (T)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
Cooperativa de HOLAMBRA	Fernando Ruitter (S) Petrus Weel (R)
DAE S/A Jundiá	Maria Carolina H. D. Simões (T)
INEVAT	Cláudia Grabher (S)
IZ – APTA	João José A. de A. Demarchi (S)
PM de Limeira	Dirceu Brasil Vieira (T)
PUC–Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
SANASA	Natália F. Colasanti Perlette (S)
SMA / CBRN	Natália Gomes F. Branco (T)
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)

Membros Ausentes COM justificativa	
Entidade	Representante
AESABESP	Antônio Aparecido Zamprônio (S)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
CETESB	Denise Dedini (T)
IAC - APTA	Isabella Clerici de Maria (T)
Rotary Club de São Pedro	José F. Campos Ricardo (S)
Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa (S)

Membros Ausentes SEM justificativa	
Entidade	Representante
CETESB	Maurício Magossi (S)
CIESP - SOB	Jerry Willians de Moraes (S)
FJPO – Mata Santa Genebra	Laís Santos de Assis (T)
IAC - APTA	Rinaldo de Oliveira Calheiros (T)
PM de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (S)
SR Mogi Mirim	Enéas Rodrigues (S)
SR Itu	Alexandra M. Vetroni Martins (T)

Convidados	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Leonardo L. Baumgratz Maria Eugênia Martins Marina Peres Barbosa

DAE Jundiá	Cláudia Delbroi de Campos
PM de Hortolândia CTEA	Paulo José Mancuso
PM Limeira SDRMA	Gabriela Alves Ribeiro

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

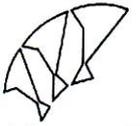
1. Convocação (ATA, pauta e anexos): A pauta e a convocação da reunião foram enviadas previamente aos presentes através de mensagem eletrônica, bem como ATA da reunião anterior para leitura prévia e correções.

2. Abertura da reunião (Item 1 da pauta): O coordenador Sr. João Baraldi (SR de Rio Claro) abriu a reunião as 9:30 h comentando sobre a remoção de árvores e o vínculo dessa ação com o aumento dos casos de febre amarela, bem como indícios de que o incidente em Mariana (MG) – Bacia do Rio Doce pode ter uma alta correlação com os problemas com essa doença, salientando mais uma vez a importância da arborização e restauração das áreas degradadas. Solicitou a apresentação de todos os presentes em função de algumas pessoas novas presentes na reunião. Após a apresentação foi dada a palavra ao secretário do GT Sr. João Demarchi (IZ/APTA/SAA).

3. Item 2 da pauta - Leitura e aprovação das atas anteriores (8ª e 9ª Reuniões) e Informes Gerais: O secretário do GT-Mananciais perguntou sobre possíveis correções nas atas anteriores, já enviadas por meio eletrônico. A oitava ata não foi aprovada em função da excepcionalidade da 9ª Reunião para aprovação das alterações realizadas na Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais. O secretário explicou sobre o fato da ATA do GT-Mananciais ter sido feita separada das reuniões da CT-Rural e da CT-RN, que foi elaborada de forma conjunta, já que pela ordem correta do trâmite administrativo, primeiramente se discute e aprova-se a minuta pelo GT-Mananciais, que é enviado para as Câmaras Técnicas que aprovam ou não as alterações para então depois de aprovada, ser enviada para a CT-PL. Uma vez aprovada na CT-PL é encaminhada para a plenária dos Comitês PCJ para deliberação final. Dois documentos foram apresentados pelo secretário: o primeiro foi o ofício CCTC nº05/2017 do Instituto de Zootecnia solicitando, caso seja possível, a aquisição de um aspirador de pó profissional para

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 10ª Reunião Ordinária - 17/03/2017 – 9-13 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa - SP

limpeza das áreas comuns do IZ que também são utilizadas pelas Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho dos Comitês PCJ. A Sra. Cláudia (INEVAT) se responsabilizou pelas tratativas sobre esse assunto. O segundo documento é a Deliberação COFEHIDRO nº 177, de 9 de março de 2017 que dispõe sobre reembolso de despesas de hospedagem, alimentação e transporte com recursos de custeio com o intuito de incentivar maior participação dos membros não Estado nos mais diversos colegiados do sistema de gerenciamento de recursos hídricos do Brasil. **4. Item 3 da pauta – Aprovação da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais na CT-PL:** O responsável pela apresentação e aprovação das alterações propostas para a Política na CT-PL foi o coordenador adjunto do GT Henrique Bellinaso, que justificou sua ausência nesta reunião. Informou que todas as alterações propostas foram aceitas sem qualquer alteração ou veto. A Agência PCJ solicitou a inclusão de mais um objetivo na Política quando da sua apresentação na plenária dos Comitês (XI - Incrementar ações de adaptação à mudança do clima, de forma a promover o aumento da resiliência ambiental e mitigar a emissão de gases de efeito estufa), justificando que mesmo já havendo a compreensão de que as ações da Política já atuam na mitigação de gases de efeito estufa, aumento da resiliência das microbacias e o enfrentamento das mudanças climáticas, a sua inclusão formal permitirá maior facilidade de captação de recursos disponíveis no Programa de Ação Internacional *Eco Cuencas* e demais fontes que priorizam essas ações por estar vindo ao encontro dos objetivos destas ações internacionais. Sugestão foi aceita pelos presentes e será apresentada na plenária dos Comitês. Sugeriu-se o acesso as essas informações no site da Agência PCJ. **5. Item 4 da pauta – Atualização da situação das contratações e execução dos PIPs:** A Srta. Marina Barbosa (Agência PCJ) fez a apresentação comentando do encerramento do contrato da Gerenciadora iX e da conclusão dos PIPs de Holambra, faltando apenas transformar arquivos com extensão *dwg* em formato *shape*. Salientou a importância de evento em Holambra a ser realizado no dia 22 de março. A Sra. Natália (SMA/CBRN), conforme conversas anteriores solicitou que o Comitê

encaminhe à SMA para análise os PIP's já concluídos para aceleração do processo de verificação conjunta e prioritária com os CAR's. Entretanto, o acesso ao Portal ainda não foi ativado. Continuando a apresentação a Srta. Marina comentou sobre as atividades da empresa de consultoria Da Serra Reflorestamento Ltda. – ME como Unidade Coordenadora de Execução (UCE) e a sua importância na gestão dos projetos em Jaguariúna e que a mesma deveria ser incluída nos Procedimentos do Programa 1. Comentou-se sobre a importância de convidar o Sr. Henrique Bracale (TNC) para discorrer sobre esse e outros assuntos que poderiam contribuir para o fortalecimento da Política. Os portais: Mineiro, de Jaguariúna e de Jundiáí deveriam estar integrados no Portal da Agência PCJ e isso deve ser discutido com a empresa Imagem responsável pela criação do Portal. Essa integração facilitaria muito a gestão das ações e da transparência no uso dos recursos financeiros da cobrança pelo uso da água. Com relação ao PAP 2013/2016 há recursos garantidos para Analândia, São Pedro, Limeira, PDPA de Jundiáí (APRM), LUISA v2 e Reforma do Viveiro de Mudanças de Camanducaia (MG) – viveiro de passagem de mudas. O TR-Florestal está aguardando parecer do TCU. Com relação aos processos licitatórios, discutiu-se a necessidade de revisão de todos os processos de licitação para evitar problemas com a nova legislação da ANA. Foi feita a sugestão de criação de um GT (Grupo de Trabalho) para discutir o problema com juristas e técnicos. A Fundação Escola de Sociologia de São Paulo está fazendo um mapeamento dos processos da Agência PCJ visando melhoria da qualidade dos serviços prestados. Sobre o Plano Diretor de TI foi discutido com a gerenciadora a necessidade de melhorias em função do ataque de vírus internacional que a Agência sofreu, sendo inclusive alvo de solicitação de resgate para liberação dos dados sequestrados. Foram aproveitados, na medida do possível, todos os backups existentes para solução do problema, já que não havia possibilidade ou viabilidade de pagamento do “resgate”. Sobre o Plano de Comunicação a Srta. Marina solicitou que fosse contatada a Sra. Ivanise para maiores informações sobre o andamento desta ação. **6. Item 6 da pauta – Metas para o GT-Mananciais para o período 2017/2018 –**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIASIAIS

Ata da 10ª Reunião Ordinária - 17/03/2017 – 9-13 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa - SP

Após reunião interna da Agência PCJ realizada entre a equipe da Coordenação de Gestão e a Diretoria Técnica da Agência de Bacias PCJ, foi apresentado um Plano de Trabalho para o GT-Mananciais para discussão e aprovação considerando que o conteúdo a ser alterado seja aprovado pelas câmaras técnicas (CT-Rural e CT-RN), CT-PL e plenária dos Comitês PCJ. A Agência irá trabalhar em 2017 somente com projetos aprovados pelo GT-Mananciais e adequados segundo a nova versão da Política. Analândia, Limeira e Charqueada/São Pedro que são projetos antigos e já protocolados. Há os recursos de 2016 (saldo) para o desenvolvimento dos PIPs e os de 2017 (programa 1) para a execução dos serviços relacionados ao plantio, cercamento, dessedentação animal e monitoramento das áreas por 3 anos. Em 2017 o GT inicia as discussões sobre os procedimentos metodológicos para o Programa 2 da Política, visando a aprovação pelos Comitês PCJ e para que a Agência das Bacias PCJ tenha respaldo de como trabalhar o PSA no âmbito PCJ. Se houver necessidade pode-se discutir a possibilidade de contratação de uma consultoria especializada no assunto. Também em 2017 o GT-Mananciais inicia a elaboração do Edital 01/2018 para novos projetos visando atender os anseios das Bacias PCJ quanto aos programas 1, 2 e 4. Os programas, mesmo que após aprovados pelos Comitês PCJ, poderão ao longo do tempo sofrer atualizações de acordo com a experiência acumulada. O Programa 2 e os procedimentos serão construídos e poderiam ser aprovados em 2017/2018, mas antes do lançamento do Edital 01/2018. Para a construção do respectivo edital não será necessário a participação do GT-Critérios porque não iremos definir valores referentes a demanda espontânea e sim somente os do PAP, por isto, parte das regras estarão na Política. O que terá que ser feito visando a complementação será a definição das regras de hierarquização dos projetos aprovados; O Programa 3 é sobre APRM, o qual atenderá a bacia do Bom Jardim, conforme TR que está sendo ajustado e será encaminhado para licitação; O Programa 4 e os procedimentos deverão ser construídos de acordo com a Lei Federal nº 11.428/2006 (para elaboração de Plano Municipal de Mata Atlântica); Todo o saldo orçamentário e financeiro de 2017 será

remanejado para 2018; Novos projetos que entrarem em 2017 serão orientados a se reapresentarem em 2018 conforme o Edital 01/2018 a ser lançado. Para início das atividades deste Plano foi proposto o convite aos técnicos responsáveis pelos projetos de Extrema, MG (Paulinho), Jaguariúna (Rafaela e Henrique) e outras experiências onde há ou houve a tentativa de implantação de Programas de PSA para subsidiar as primeiras discussões para elaboração dos procedimentos metodológicos do Programa II. **7. Item 7 da pauta – Renovação da Outorga do Sistema Cantareira – implicações da não aceitação das contrapartidas feitas pelos Comitês PCJ:** A Sra. Cláudia (INEVAT) comentou documento elaborado para envio as instâncias superiores sobre a questão das condicionantes. O que se discute é se em caso de uma outorga cabe ou não exigir uma condicionante como contrapartida. A SABESP e o Governo parecem entender que não, mas essa posição encontra contra argumentação na própria legislação que fala que outorgas precisam de licença de operação, e que neste caso poderia se exigir condicionantes para o outorgado. A CETESB também pede por condicionantes. O que se percebe é que as discussões políticas ficam num primeiro plano em relação às discussões técnicas e de interesse dos Comitês de Bacias PCJ. **8. Item 5 da pauta – Proposta de maior integração com a Câmara Técnica de Educação Ambiental:** O Dr. João Demarchi (IZ) propôs esse item de pauta pensando que a CT-EA está atualizando a Resolução dos Comitês PCJ nº 231 de 12/08/2015 que trata deste assunto (Educação Ambiental), bem como fundamentado na necessidade de enxergarmos a Educação Ambiental de uma forma muito mais ampla do que normalmente fazemos. Essa ampliação de visão sobre o assunto permitirá melhorias nas questões relacionadas à Extensão Rural e maior integração entre a produção agropecuária e a preservação ambiental, de melhoria no funcionamento de uma UGP (Unidade de Gerenciamento de Projeto), e consequentemente no relacionamento entre os produtores, com os entes governamentais, empresas e demais *stakeholders* envolvidos no processo de recuperação de uma bacia hidrográfica. Quando pensamos em PSA (Pagamento por Serviços

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 10ª Reunião Ordinária - 17/03/2017 – 9-13 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa - SP

Ambientais) a questão torna-se ainda mais relevante para viabilidade da aplicação do conceito de produtor/recebedor e consumidor ou usuário/pagador. O intuito é criar um grupo de trabalho pequeno que discuta as questões de forma objetiva e não filosófica, aplicando-se nas câmaras apenas os resultados de consenso desse grupo (CT-EA, CT-Rural, CT-RN, CT-ID, e outras), servindo como um elo entre as câmaras técnicas. Contatar o coordenador da CT-EA para discutir melhor o assunto. Também estamos cientes que o fórum de discussão mais amplo de educação ambiental continua sendo a CT-EA. O objetivo da educação ambiental proposta aqui é o produtor rural, utilizando-se cases de sucesso e de proprietários que realmente pratiquem uma agropecuária sustentável. A Srta. Cláudia Campos (DAE – Jundiaí) comentou sobre a importância de falarmos de comunicação, ou melhor, educação integrada com educação ambiental e extensão rural. Ficou acordado de criarmos um grupo (GT) para o próximo mandato das câmaras técnicas (2017/2019) com esse objetivo. O Sr. Paulo Mancuso (CT-EA e Prefeitura Municipal de Hortolândia) propôs, endossando a posição inicial, que o alvo é o produtor rural, e que questões como a febre amarela e a febre maculosa precisariam também serem discutidas dentro deste contexto de educação ambiental para produtores rurais. Felicitou o grupo pela iniciativa. Sr. Leonardo sugeriu que evitem usar o termo “educação” para programas que atendam ao produtor rural pois essa palavra tem uma conotação de falta de conhecimento e o produtor sente-se humilhado. Sr. Denis concordou dizendo que já percebeu que o termo educação não é bem recebido pelo produtor. **9. Item 8 da pauta – Outros Assuntos e Palavra Aberta:** Foi solicitado o envio da programação de reuniões agendadas para o ano de 2017 novamente para todo o grupo do GT. **10. Encerramento:** Não havendo mais perguntas ou comentários, o coordenador Sr. João Baraldi agradeceu a presença de todos e a cessão do espaço, encerrando-se a reunião às 13 h.

João Primo Baraldi

Coordenador do GT-Mananciais - CT-RURAL

Henrique Bellinaso

Coordenador Adjunto do GT-Mananciais - CT-RN

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN